

Famílias Poliafetivas e Parentalidade: Uma Revisão Integrativa Internacional

Rafael Ferreguete Crispino¹

Edson Junior Silva da Cruz²

Resumo

A partir das mudanças da sociedade, como emancipação das mulheres, desenvolvimento do iluminismo e da sociedade, observou-se uma diversificação para os modelos de família, que no passado era composta majoritariamente por mulheres, homens e seus filhos. Essas transformações estimularam a ampliação de direitos para minorias sociais e novos tipos familiares foram aumentando e, atualmente, não há um tipo familiar que seja predominante, havendo diversas classificações de tipos familiares. Entre esses arranjos, existe a família poliafetiva que surge como uma forma não convencional para o sistema vigente e está dentro da classificação de não monogâmias consensuais, caracterizadas por relacionamentos com mais de uma pessoa. Para compreender sobre como tal formato familiar apresenta a sua parentalidade, a presente pesquisa realizou uma revisão de literatura integrativa internacional. Foram selecionados cinco artigos que mostram a produção dos últimos cinco anos de pesquisa sobre essa temática e observou-se uma maior produção acadêmica em países europeus e norte-americanos, os quais exploraram a perspectiva dos pais em relação às formas, benefícios e desafios associados a essa forma única de parentalidade. A poliparentalidade apresenta vantagens relacionadas ao aumento do número de cuidadores, como a distribuição equitativa de responsabilidades, divisão de despesas e outras variáveis pertinentes à manutenção de dinâmicas de trabalho em relacionamentos poligâmicos.

Palavras-chave: poligamia, parentalidade, família

Polyamorous Families and Parenting: An International Integrative Review

Abstract

With the advancement of societal changes, such as women's emancipation and the development of Iluminism, a development of diversification in family models was observed. In the past, families were predominantly composed of women, men, and their children. These transformations have improved the expansion of rights for social minorities, leading to an increase in new types of families. Currently, there is no prevailing family type, with various classifications of family structures. Among these arrangements is the polyamorous family, which emerges as a non-conventional form within the existing system and falls under the classification of consensual non-monogamies characterized by relationships involving more than two individuals. To understand how this family format approaches parenthood, the present

¹ Graduando de Psicologia do Centro Universitário do Estado do Pará.

² Professor Doutor do Centro Universitário do Estado do Pará.

research conducted an integrative international literature review. Five articles were selected, representing the production of the last five years of research on this subject. There was a higher academic production observed in European and North American countries, exploring the perspective of parents regarding the forms, benefits, and challenges associated with this unique form of parenthood. Poly-parenting offers advantages related to an increased number of caregivers, such as the equitable distribution of responsibilities, the sharing of expenses, and other variables relevant to maintaining dynamics in polygamous relationships.

Keywords: *poligamic, parenting, family*

Introdução

As famílias são estruturas sociais vivenciadas pelas pessoas que possuem um papel importante de moldar a sociedade, visto que é por meio desta estrutura social que acontecem as primeiras aprendizagens e o processo de desenvolvimento religiosos sociocultural de grande parte da população (Karasu & Polat, 2022; Prati *et al.*, 2009; Tavares *et al.*, 2021). Apesar de ser uma das bases, a família se apresenta como uma determinação volátil, isto é, ela se modifica com o tempo, se adaptando a novas formas de pensar e aos novos costumes sociais que vão sendo criados com o desenvolvimento das comunidades e do contexto cultural (Freitas, 2021).

Antes do século XVIII, o conceito de família estava relacionado com uma ideia de negócio, na qual a figura paterna era imprescindível, e o legado era passado por meio de bens e posses (Piato *et al.*, 2013). Os relacionamentos não eram baseados em sentimentos românticos, mas na lógica de preservação de bens, inclusive havendo casos de envolvimento sexual entre a própria família (casamento entre primos e irmãos), ou seja, o foco das relações naquele tempo era manter a herança no meio familiar (Campos & Melo, 2021). Ademais, a família tradicional desta época tinha como uma de suas principais funções a reprodução da espécie, mantendo as mulheres em uma atribuição única de dona de casa, geradora de filhos, não havendo possibilidade de saída desse papel subjugado de gênero (Okita, 2007; Ribeiro & Granato, 2021).

Com a chegada do iluminismo, a concepção de família se transforma, e os núcleos familiares passam a ser formados por conexões que vinham de sentimentos amorosos e de cumplicidade, o que ocorre devido a uma influência do ideal do amor romântico (Campos & Melo, 2021). Nesse período, as famílias ainda mantinham fortes convicções do que seria a formação ideal de uma família – um pai, uma mãe e seus filhos – e a respeito das divisões de atividades dentro da casa, reforçando a opressão que as mulheres viviam, visto que as suas atividades se tornaram estritamente relacionadas ao lar (Marion & Pereira, 2021). Foi nessa fase temporal também que algumas crenças começaram a se estabilizar dentro do inconsciente coletivo da sociedade, tais como amor materno incondicional, do amor romântico e a compreensão de que é necessária uma infância para o desenvolvimento das crianças (Piato *et al.*, 2013).

Apesar de se falar de padrões de famílias em outras eras, é importante salientar que nunca houve somente um modelo familiar em todas as sociedades, principalmente na atualidade, algumas versões de famílias são mais recentes, com a homoparentalidade (Fonseca-Inacarato *et al.*, 2022; Tavares *et*

al., 2021). Depois de 1960, as famílias começaram a sofrer mais modificações em decorrência das mulheres ganharem mais espaços dentro da sociedade, que lhes trouxeram certas liberdades para ir trabalhar, controlar sua fertilidade e decidirem se vão ou não ter filhos (Campos & Melo, 2021). Conquanto, apesar disso tudo exposto nos dois últimos períodos, no mundo ainda há o conceito de família tradicional enraizada nas instituições psíquicas da população, que estão semelhantes à família tradicional de era pós-iluminismo, expondo papéis de gêneros pouco flexíveis em muitos casais modernos (Karasu & Polat, 2022).

Além disso, essa transição de percepção de formas e conceitos de famílias também aconteceu nos órgãos jurídicos, chamada de *desbiologização*, que é acrescentar outros critérios (como cooperação, amor, atenção e educação), além dos fatores biológicos (como sangue e quem gestou o filho), para formação e manutenção de família; e, conseqüentemente, este processo de mudança social sustentou novas perspectivas tanto para família quanto para paternidade e maternidade (López & Valencia, 2020; Rosas, 2019). Este fato mostra que as normativas brasileiras estão buscando ter uma visão ampliada de família e essa percepção é absorvida pelos profissionais do Sistema Único de Saúde, conforme observado em psicólogos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que definiram família como “estabelecimento de uma dinâmica de relações recíprocas pautadas no afeto, no cuidado e na preocupação com o bem-estar dos membros desse sistema” (Marion & Pereira, 2021, p. 17).

Importante ressaltar que atualmente não há uma predominância de um tipo familiar, apesar de ainda se falar sobre família padrão. Pode-se constatar isto por meio da sistematização dos tipos de famílias através da Classificação de Kaslow, que se baseia no arranjo dos membros que compõe essa família, que pode haver variações mais específicas (Carnut & Farquim, 2014); e para tal classificação, há os seguintes tipos familiares: família nuclear de duas gerações, que tiveram filhos biológicos; extensa, com mais de três gerações; adotivas que são multiculturais; monoparentais; reconstituídas; casais sem filhos; casais homossexuais; várias pessoas vivendo juntas, sem laços consanguíneos (Kaslow, 1995).

Dentro dos novos tipos familiares, as famílias poliafetivas estão buscando por formas de estarem presente dentro da sociedade, mas ainda há um impedimento do sistema judiciário brasileiro de aceitá-las, embora já existam dentro da comunidade (Bicalho & Costa, 2022). As famílias poliafetivas foram definidas, de acordo com Klesse, Cardoso, Pallotta-Chiarolli, Raab, Schadler e Schippers (2022), como uma forma possível e segura de se conectar com mais de uma pessoa afetiva e/ou sexualmente; esses casais não apresentam um estilo único, podendo se relacionar da forma que quiserem, mas que mantenha de forma saudável todos os relacionamentos. A família poliafetiva está classificada em um termo guarda-chuva chamado *Não Monogâmias Consensuais* (Consensual No Monogamie, CNM, em inglês), que pode ser conceituado como qualquer relacionamento que não segue as diretrizes monogâmicas (Klesse *et al.*, 2022).

Essas novas formas de famílias apresentam novas formas de criar os filhos, isto é, de parentalidade; mas, independentemente do formato familiar, as crianças tendem a continuar no centro das preocupações e nos afazeres dos pais (Rodriguez & Gomes, 2012). Os estudos pioneiros sobre parentalidade em famílias poliafetivas foram realizados em 2010 por Maria Pallotta-Chiarolli, que visou

estudar sobre a recepção desse tipo familiar nas escolas, havendo uma boa receptividade pela maioria dos funcionários da escola (Pallotta-Chiarolli, 2010a); e, também, foi realizado um estudo que identificou três formas que esses tipos de famílias lidavam com um ambiente hostil, podendo ser por *Passing*, *Bordering* e *Polluting* (Pallotta-Chiarolli, 2010b). Mas é importante ressaltar que esses resultados estão acontecendo em um local onde há uma cultura que já conhecia esses tipos familiares e leis que as protegem (Klesse *et al.*, 2020).

Dentro da literatura não há um quantitativo de pesquisas que relatem e estudem sobre aspectos importantes de famílias poliafetivas, entre elas a parentalidade, que se tornou um assunto subnotificado e tratado como um tabu no mundo acadêmico, devido ao fato de que a poligamia é ignorada ou depreciada dentro da comunidade (Pallotta-Chiarolli *et al.*, 2020; Sheff, 2011). Klesse (2019) evidenciou que todos os trabalhos realizados sobre poli-parentalidade acontecem em países anglófonos, dificultando a estruturação do conhecimento, e, também, não houve nenhum artigo destacado sobre este tema em uma língua diferente da de inglês. Diante dessa escassez de literatura nacional sobre a temática, o presente artigo objetivou levantar a bibliografia internacional sobre a parentalidade em famílias poliafetivas, visto que o Brasil ainda apresenta conjuntos de leis que impedem a manutenção de famílias poliafetivas e em outros países as áreas de pesquisas que envolvem participantes poliamorosos estão mais desenvolvidas, como pontua Klesse (2019).

Método

A revisão bibliográfica integrativa é uma metodologia científica que possibilita um entendimento integral do objeto de estudo proposto, visando definir conceitos ou revisar de teorias por meio da síntese de dados obtido por meio da literatura empírica e teórica (Souza *et al.*, 2010; Ercole *et al.*, 2014). Por meio desta metodologia, é possível agrupar pesquisas realizadas sobre uma determinada temática e produzir conclusões por meio da leitura de uma ampla literatura (Mangueira *et al.*, 2015).

Para tanto, utilizou-se da metodologia descrita por Sousa *et al.* (2017), perpassando por seis etapas: 1) identificar a temática e a questão norteadora; 2) estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos estudos; 3) definir os dados que serão retirados dos estudos; 4) avaliar as pesquisas que estão entrando neste trabalho; 5) interpretar os principais resultados; e 6) apresentar a revisão do conhecimento. Na primeira etapa, os pesquisadores centralizaram a temática a ser trabalhada em parentalidade de famílias poliafetivas e o objetivo central é a apuração do conhecimento produzido na literatura internacional acerca de tal temática. Após esta demarcação de tema e da questão norteadora, foi delimitado que o critério de inclusão seriam pesquisas centradas em avaliar questões relacionadas à famílias poliafetivas e parentalidade – como níveis de satisfação, quais eram as dificuldades das parentalidades –, que continham métodos quantitativos ou qualitativos; além de delimitar que os critérios de exclusão são artigos produzidos nacionalmente, de revisão e ter sido produzido antes dos últimos cinco anos, visto que os presentes pesquisadores buscaram entender o contexto atual, como as dificuldades, circunstâncias e desafios da produção sobre a poliparentalidade, e quais foram as inovações e novas abordagens que outros pesquisadores tiveram sobre o assunto. Na terceira etapa,

os dados definidos para serem estudados dentro dos textos foram as metodologias, o país onde foi produzido, os instrumentos e os principais resultados e conclusões.

Para a realização da quarta etapa, foi delimitado as seguintes bases de dados: *PubMed*, *Medline*, *Scielo*, *LILACS*, *SAGE Journal*, *APA* e *Science Direct*, que foram selecionados por conta da ampla quantidade de revistas que cada periódico abrange; e utilizou-se a seguinte combinação de palavras em inglês: ("polyamorous" OR "polyaffective") AND ("children" OR "child") AND "parenting". A partir de um total de 73 artigos encontrados da busca inicial nas bases de dados, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, sendo excluídos 69 artigos porque não estavam alinhados com os critérios de inclusão dos artigos. Após a recuperação de nove artigos, observou-se que três artigos estavam duplicados, que foram logo excluídos, totalizando no final seis artigos para análise do texto na íntegra e após a leitura destes textos, um foi excluído, pois era um editorial. Com isso, esta revisão utilizou-se de cinco artigos lidos e analisados em sua totalidade, que se encaixavam nos critérios de inclusão pré-estabelecidos. Esse processo da busca foi realizado manualmente pelos autores e pode-se compreender melhor sobre ela no Fluxograma (Figura 1) abaixo.

Resultado e Discussão

Na Tabela 1 são expostos os estudos selecionados considerando o país, a metodologia, os instrumentos e o ano de publicação. Em uma análise inicial, nota-se que todas as pesquisas utilizam de metodologias qualitativas e de entrevistas, estas últimas variando entre semiestruturadas e não estruturadas. Isto indica a necessidade de uma busca maior sobre esse conteúdo, uma vez que há falta de sistematização sobre a parentalidade em famílias poliafetivas. Além de todas as pesquisas terem sido realizadas em países que há um desenvolvimento socioeconômico avançado.

Autores	País	Metodologia	Instrumento	Participantes	Ano
Arseneau, Landry e Darling	Canadá	Qualitativa	Entrevistas semiestruturadas	25 pessoas	20 19
Landry, Arseneau e Darling	Canadá	Qualitativa	Entrevistas semiestruturadas	25 pessoas	20 21
Roodsaz	Holanda	Qualitativa	Entrevistas não estruturadas	30 pessoas	20 21
Schadler	Alemanha e Áustria	Qualitativa	Entrevistas não estruturadas	18 pessoa	20 21
Manley e Goldberg	Estados Unidos	Qualitativa e quantitativo	Questionários e entrevistas on- line	70 pessoas	20 21

Tabela 1. Aspectos gerais dos estudos selecionados

Importante ressaltar que dos quatro artigos selecionados, dois deles advêm da mesma pesquisa: o estudo escrito por Arseneau *et al.* (2019) e o escrito por Landry *et al.* (2021). Os dois trabalhos foram baseados na pesquisa “*Polyamorous childbearing and Birth Experiences Study (POLYBABES)*”, que teve o objetivo de pesquisar a vivência de famílias poliafetivas na gestação, puerpério e parentalidade. Enquanto o artigo publicado em 2019 trouxe os dados primários da pesquisa (experiências e barreiras dessas vivências), o estudo divulgado em 2021 foca nas informações secundárias, que seriam os relacionamentos, percepções sociais e nas identidades de cada indivíduo que realizou a pesquisa.

Roodsaz (2021) busca analisar o potencial *queering* dos relacionamentos poliafetivos e na parentalidade, isto é, como a poliparentalidade desses relacionamentos conseguem romper com as estruturas patriarcais que ditam as atividades domésticas entre as relações. Para tanto, o pesquisador entrevistou 30 pessoas na Holanda com o intuito de entender como esses relacionamentos desenvolveram suas divisões de tarefas entre os participantes do relacionamento, relatando quais foram os principais achados e condutas de cada relação entrevistada.

Na pesquisa de Schadler (2021), o objetivo principal era entender quais as diferenças entre tipos de poliparentalidades observadas entre relacionamentos; com isso, foram entrevistadas 18 pessoas de 13 relacionamentos, sendo que três relacionamentos foram entrevistados mais de uma pessoa. Foram encontrados diferentes tipos de poliparentalidade, mas percebeu-se que há uma fluidez entre essas classificações, podendo mudar conforme o momento do próprio relacionamento ou casal, isto é, há uma mudança dos estilos de poliparentalidade quando os parceiros mudam a forma que se relacionam com seus pares, como o término com uma pessoa ou começar um namoro com outra; é necessário enfatizar que essa fluidez não exclui uma pessoa de seu papel de cuidado com a criança, mas as formas que os trabalhos serão distribuídos.

Manley e Goldberg (2021) realizaram uma pesquisa para entender o funcionamento das dinâmicas e percepções de vivências de famílias poliafetivas durante a pandemia. Para tanto, realizaram um processo investigativo com questionários e entrevistas, realizados on-line, nem todos os participantes realizaram as duas etapas, sendo o resultado da pesquisa foi um compilado das duas metodologias. Os autores conseguiram averiguar que os pais que experienciam a poliparentalidade, dentro da pandemia, obtiveram vivências estressantes no início, como a impossibilidade de se encontrarem como antes da pandemia e a falta de pessoas para dividir as tarefas, centralizando em um núcleo de pessoas todas as atividades; mas que, após conversa entre as partes, muitos relacionamentos conseguiam existir de uma maneira mais tranquila a parentalidade, tendo a divisão de trabalho e a habilidade de conversa entre as partes como um papel fundamental para essa amenização. Portanto, é ressaltado um dos benefícios da poliparentalidade: a flexibilidade e o diálogo.

Desta forma, na presente revisão, constatou-se que a produção de pesquisas sobre poliparentalidade ainda é inferior quando comparada aos outros tipos de parentalidade, encontrados somente cinco artigos que discutem os processos de parentalidades em famílias poliafetivas. Uma das limitações é que nenhuma das pesquisas realizou estudos com as crianças dessas famílias e os artigos selecionados focam na visão dos pais sobre a parentalidade, nas formas de famílias que sofrem com as dificuldades devidas dos preconceitos e suas estruturas de parentalidade. Este baixo

desenvolvimento de pesquisas relacionadas a esta temática pode ser causado pelo recente interesse da comunidade acadêmica nas famílias poliafetivas, visto que um dos primeiros artigos acerca de tal assunto foram produzidos somente após os anos 2000, tendo suas pioneiras as pesquisadoras Elisabeth Sheff nos Estados Unidos e Maria Pallotta-Chiarolli na Austrália (Klesse, 2019).

A poliparentalidade apresenta um formato inédito, pois os relacionamentos poliafetivos são únicos, não havendo somente um tipo específico, ou seja, a parentalidade dessas famílias pode ser formada por mais de duas pessoas. Por exemplo, em um relacionamento com quatro pessoas ou mais, todos os envolvidos compartilharam essa função. Contudo, dentro de relacionamentos poliafetivos tem-se companheiros que realizem papéis parentais e companheiros que não exercem tais condutas (Landry *et al.*, 2021; Manley e Goldberg, 2021).

De acordo com Schadler (2021), existem três tipos parentais de famílias poliafetivas: pais polinucleares, somente duas pessoas assumindo o papel parental da criança; parentalidade hierárquica, uma rede de pelo menos três pais com níveis diferentes de envolvimento na criação; e parentalidade igualitária, uma rede de pelo menos três pais envolvidos de maneira equivalente na criação dos filhos. Ao falar dos diferentes níveis de criação de filhos, o autor expõe a ideia de que as pessoas presentes dentro da criação do filho não exerceriam as mesmas atividades ou teriam as mesmas responsabilidades com a criança, definidos como "tio/tia", pois não desejam vivenciar esse papel de parentalidade no momento, como é relatado pelo autor; mas que este fator não influenciasse a participação dessas pessoas dentro do relacionamento como namorados, maridos. Ao apresentar esta proposição, Schadler (2021) elucida que estes formatos não são fixos, podendo modificar com o tempo e o desenvolvimento do próprio relacionamento poliafetivo dos pais.

Tanto a parentalidade hierárquica quanto a igualitária expostas por Schadler (2021) mostra uma das vantagens da poliparentalidade: uma maior rede parental de suporte para criar os filhos, possibilitando a não sobrecarga de nenhum companheiro por meio de divisão equilibrada dos trabalhos parentais entre os parceiros que exercem essa função (Roodsaz, 2021; Manley & Goldberg, 2021). Um exemplo dessa divisão ideal é ilustrado a partir da possibilidade de "realocar" algumas necessidades para parceiros que têm afinidades com elas ou que estão disponíveis no momento (Landry *et al.*, 2021); este fator também mostra uma das vantagens exposta por Conley e Moors (2014) de relacionamentos poliafetivos: que os parceiros em um relacionamento não precisam suprir todas as expectativas do outro, visto que há mais de um que pode suprir tais necessidades.

É importante enfatizar que uma rede de apoio social e familiar de qualidade ajuda no desenvolvimento de uma "parentalidade consciente e responsável" (Pinto & Monteiro, 2018, p.131), principalmente em situações de parentalidades que não são tão aceitas dentro da sociedade, como o caso da poliparentalidade, cujo tema ainda é visto com preconceito (Arseneau *et al.*, 2019). Estas redes, nas famílias poliafetivas, ajudam nas suas buscas por direitos e como um suporte para que haja compreensão; pode-se citar como exemplo um dos casos apresentados por Roodsaz (2021), no qual uma mãe solteira que era poliamorosa precisava de ajuda de suas amigas e alguns familiares para conseguir explicar para seu filho sobre suas relações poliamorosas e também para que não houvesse um desentendimento com o pai de seu filho.

Este preconceito é uma das dificuldades para o exercício e manutenção da poliparentalidade, visto que por vezes alguns parceiros que exercem papéis paternos não são reconhecidos como pai dentro de ambientes legais, o que afeta negativamente as interações sociais que esses pais poderiam ter com a criança em ambientes públicos (Arseneau *et al.*, 2019; Landry *et al.*, 2021; Roodsaz, 2021; Schadler, 2021); esta barreira se assemelha a dificuldades vivenciadas em outras novas formas de parentalidades, reafirmadas por crenças sociais que infligem receio dos pais em expor suas famílias para fora da sua rede de apoio, como acontece com a homoparentalidade (Machado *et al.*, 2015; Mata *et al.*, 2020).

Além da maior rede de apoio familiar dentro de relacionamentos, as famílias poliafetivas tendem a apresentar uma parentalidade mais inclusiva em questões e gêneros e sexualidade (Roodsaz, 2021), isto é, as divisões de trabalho tanto domésticas quanto relacionadas à parentalidade em si dependem mais da afinidade das pessoas envolvidas do que de questões relacionadas ao gênero das mesmas e sua posição social dentro da casa. Este fator confere uma parentalidade mais inclusiva em relação a minorias sociais, como as mulheres, que são capazes de dividir melhor o trabalho de cuidar do filho. Isso provavelmente acontece por conta da maioria das pesquisas serem feitas em países que estão avançando em debates sociais de gênero e relacionamentos (Klesse *et al.*, 2022), ou seja, países onde são questionados constantemente sobre os papéis do que seria para o pai e para mãe. Conquanto, é fulcral destacar a possibilidade de que esta parentalidade mais inclusiva ocorre devido à maioria dos pais não se encaixarem em um padrão cisheteronormativo e monogâmico (Pallotta-Chiarolli, 2006).

Apesar dessa inclusão, Roodsaz (2021) relata também dificuldades vivenciadas por relacionamentos poliafetivos em relação à parentalidade: gravidez não planejada. Acerca disso, nota-se em pesquisas selecionadas (Arseneau *et al.*, 2019; Landry *et al.*, 2021; Schadler, 2021) que todos os entrevistados falavam sobre um planejamento familiar para a concessão do bebê, desde a escolha da pessoa que irá gestar e quais os parceiros que desempenhará os papéis parentais; conquanto, é importante ressaltar que essa realidade não é geral e que imprevistos existem. Para esta realidade, Roodsaz (2021) identificou um relacionamento em que não havia sido planejada a gravidez, o que acabou gerando muito desconforto dentro do relacionamento, havendo brigas entre integrantes, considerações a respeito do término do relacionamento e outros que não quiseram participar da parentalidade. Esta reação perante a notícia de uma gravidez não planejada pode afetar a forma que a mãe se relaciona com o filho e com os outros parceiros (Barbosa, 2019), portanto, são necessários mais estudos para entender sobre esta relação e como os participantes entendem a influência dessa gravidez no desenvolvimento da relação.

Conclusão

À luz do exposto, o objetivo da presente pesquisa foi expor os arranjos de famílias poliafetivas com o enfoque na parentalidade dos parceiros desses relacionamentos. Observou-se que houve uma maior produção acadêmica em países europeus e norte-americanos, que buscaram analisar a visão dos pais sobre as formas, os benefícios e dificuldades desse tipo único de parentalidade. A poliparentalidade apresenta benefícios que estão relacionados com o aumento do número de cuidadores, tais como a

distribuição igualitária de trabalhos, divisão das finanças, entre outras variáveis referentes a manutenção do trabalho em relações poligâmicas.

Além disso, ressalta-se que o termo “poliparentalidade” empregado durante o texto foi selecionado devido à tradução do termo usado nos artigos encontrados e também porque se entende que o termo “multiparentalidade”, utilizado no ambiente jurídico, não se refere à totalidade de uma poliparentalidade (Oliveira *et al.*, 2020). Entende-se que a multiparentalidade pode ser exercida por diferentes casais; entretanto, a poliparentalidade é mais voltada para um relacionamento com várias pessoas. Dessa forma, compreende-se que estes são distintos.

As dificuldades do presente estudo foram relacionadas aos termos de busca, visto que pouco é conhecido e divulgado sobre a poliparentalidade, portanto, foi preciso ser feita uma busca complexa de termos e palavras-chave nos primeiros artigos e capítulos de livro sobre a temática, possibilitando amenizar tal dificuldade. Ademais, a falta de artigo em países não europeus e norte-americanos dificultou a compreensão das relações de poliparentalidade em outros países, tais como o da América Latina. Isto aconteceu possivelmente por uma tradição de relacionamentos monogâmicos que ainda é perpetuado na constituição desses países, enquanto nos países europeus já há uma flexibilidade nessas leis, permitindo relacionamentos poliafetivos, no caso da Alemanha, por exemplo.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de produção e estudos sobre a parentalidade em relacionamentos poliafetivos no âmbito mundial, principalmente na região brasileira, pois nela há uma crescente onda de relacionamentos e estudos sobre não monogâmias consensuais, como mostra Lins (2017) e Vasallo (2022). Entende-se isso devido ao aumento desses relacionamentos não convencionais que vem acontecendo em todos os continentes.

Referência

- Arseneau, E., Landry, S., & Darling, E. K. (2019). The Polyamorous Childbearing and Birth Experiences Study (POLYBABES): A qualitative study of the health care experiences of polyamorous families during pregnancy and birth. *CMAJ*, 191(41), E1120-E1127. <https://doi.org/10.1503/cmaj.190224>
- Bicalho, E. B., & Nunes Costa, M. A. (2022). Famílias poliafetivas: Uma análise crítica da proibição do registro civil pelo judiciário brasileiro. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, 9(3), 116–136. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2022v9n3p116-136>
- Campos, L. L., & Melo, A. K. (2022). Noção de família (s) no campo da saúde brasileira: Ensaio teórico-reflexivo. *Escola Anna Nery*, 26. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0197>
- Carnut, L., & Faquim, J. P. S. (2014). Conceitos de família e a tipologia familiar: Aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. *JMPHC Journal of Management & Primary Health Care*, 5(1), 62-70. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v5i1.198>
- Conley, T. D., & Moors, A. C. (2014). More oxygen please!: How polyamorous relationship strategies might oxygenate marriage. *Psychological Inquiry*, 25(1), 56-63. <http://dx.doi.org/10.1080/1047840X.2014.876908>
- Ercole, F. F., Melo, L. S. D., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 09-11.

- Fonseca-Inacarato, G. M., Gallo-Belluzzo, S. R., & Vaisberg, T. M. J. A. (2022). Estudo psicanalítico do filme "divórcio: até que o amor exploda". *Revista da SPAGESP*, 23(1), 146-158. <https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a12>
- Freitas, M. A. A. (2021). Família: Novos paradigmas. *Vínculo-Revista do NESME*, 18(3), 47-54. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p523-534>
- Karasu, F., & Polat, F. (2022). Evaluating the relationship between family role performance levels and health perceptions of individuals: A cross-sectional study in primary care. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, 44, e59132-e59132. <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v44i1.59132>
- Kaslow, F. W. (1995). Families and clinical family psychology at the end of the twentieth century. *World Psychology*, 1(2), 23-41.
- Landry, S., Arseneau, E., & Darling, E. K. (2021). "It's a Little Bit Tricky": Results from the POLYamorous Childbearing and Birth Experiences Study (POLYBABES). *Archives of Sexual Behavior*, 50, 1479-1490. <https://doi.org/10.1007/s10508-021-02025-5>
- Lins, R. N. (2017). *Novas formas de amar*. Editora Planeta do Brasil.
- López, J. G., & Valencia, N. M. (2020). La parentalidad como práctica de lo político. *Revista Psicología Política*, 20(48), 463-473.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: Contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442-451. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.19862>
- Mangueira, S. de O., Guimarães, F. J., Mangueira, J. de O., Fernandes, A. F. C., & Lopes, M. V. de O. (2015). Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: Revisão integrativa da literatura. *Psicologia e Sociedade*, 27(1), 157-168. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p157>
- Manley, M. H., & Goldberg, A. E. (2021). Consensually nonmonogamous parent relationships during COVID-19. *Sexualities*, 13634607211019356.10. <https://doi.org/10.1177/13634607211019356>
- Marion, J., & Pereira, C. R. R. (2021). Família na visão dos psicólogos do CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(2), 1-23. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16285>
- Okita, H. 2007. Homossexualidade: da opressão à libertação. São Paulo, Editora Sundermann, 112 p.
- Oliveira, L. F. Soares, L. C. E. C., Ferraz, A. C., & Coelho, R. M. (2020). Dois pais e uma mãe? A (multi) parentalidade nas famílias recasadas sob a perspectiva da psicologia social jurídica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 30-52. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50788>
- Pallotta-Chiarolli, M. (2006). Polyparents having children, raising children, schooling children. *Lesbian and Gay Psychology Review*, 7(1), 48-53. <https://doi.org/10.53841/bpslg.2006.7.1.48>
- Piato, R. S., Alves, R. N., & Martins, S. R. C. (2013). Conceito de família contemporânea: Uma revisão bibliográfica dos anos 2006-2010. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22(47), 41-56.
- Pinto, A. R., & Monteiro, A. A. (2018). As redes sociais de apoio na transição para a parentalidade. *As redes sociais de apoio na transição para a parentalidade*, (17), 113-135. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2018.17.5>
- Prati, L. E., Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2009). Famílias em vulnerabilidade social: Rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 403-408.

- Ribeiro, L. J., & Granato, T. M. M. (2021). Preconceito e parentalidade? Experiências de casais homoafetivos: Experiences of homoaffective couples. *Vínculo*, 18(2), 1-11. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p228-245>
- Roodsaz, R. (2021). Queering potentials: Negotiations of gender, parenthood, and family in POLYamorous relationships in the Netherlands. *Sexualities*, 13634607211037484. <https://doi.org/10.1177/13634607211037484>
- Rosas, J. M. M. P. (2019). O afeto como elemento transformador do conceito de família. *Associação Brasileira de Psicologia Jurídica. Psicologia na prática jurídica. São Luís: UNICEUMA*, 52-65.
- Schadler, C. (2021). Ever more parents in POLYamorous families: A new materialist typology of parenting practices and division of work. *Sexualities*, 13634607211037481. <https://doi.org/10.1177/13634607211037481>
- Sousa, L. M. M., Marques-Vieira, C. M. A., Severino, S. S. P., & Antunes, A. V. (2017). A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. *Revista Investigação em Enfermagem*, 21(2), 17-26.
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Vasallo, B. (2022). *O desafio poliamoroso: Por uma nova política dos afetos*. Editora Elefante.

Endereço para correspondência

crispinorf@gmail.com
edsoncruzufpa@gmail.com

Enviado em 19/11/23

Revisado em 03/05/24

Aceito em 07/06/24